

Tema 12. A Encarnação

Jesus é o Filho Único de Deus que se tornou homem para nossa salvação. Ele é perfeito Deus e perfeito homem: assumiu nossa condição material e corpórea, sujeita a muitas necessidades, para nos salvar dos nossos pecados.

Santa Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus, porque aquele que ela concebeu como homem, pelo poder do Espírito Santo, não é outro senão o Filho eterno do Pai.

01/10/2022

Sumário:

- A identidade de Jesus no Novo Testamento
 - A identidade de Jesus à luz dos concílios cristológicos
 - O conhecimento e a vontade humana de Jesus
 - O valor do mistério da Encarnação
 - Maria, mãe de Deus e da Igreja
-

A identidade de Jesus no Novo Testamento

Os Evangelhos nos contam a história de Jesus e este é o fundamento de toda a doutrina cristológica. A cristologia nada mais é do que uma

reflexão sobre quem é Jesus e sobre o que Ele veio fazer no mundo.

Esta reflexão tem seu ponto de partida nos escritos do Novo Testamento: os Evangelhos, as cartas de São Paulo e São João, e outros textos. Eles se perguntam ao mesmo tempo sobre Jesus e sobre a sua importância para o homem. E partem de uma convicção muito importante: que Jesus não pode ser apenas um homem. De fato, nos anos seguintes à ressurreição, os primeiros cristãos veneravam o nome de Jesus, louvavam-no, cantavam-lhe hinos e reuniam-se aos domingos para celebrar a Eucaristia em sua memória.

Tudo isso era muito lógico considerando-se a vida de Jesus em seu conjunto. À luz do que dizem os Evangelhos, vê-se que Jesus se considerou o representante único de Deus no mundo, atribuiu a si mesmo

(inclusive de forma humilde e natural) prerrogativas divinas como perdoar os pecados, reformar a palavra que Deus havia dado ao povo por meio de Moisés, ou exigir um amor absoluto a sua pessoa. Ele também confirmou tudo isso com importantes milagres como a ressurreição de Lázaro, que mostravam o seu domínio e poder sobre os elementos cósmicos, homens e demônios; ressuscitou por Si mesmo e do trono do Pai enviou o Espírito Santo. Tudo isso também significava que Jesus havia cumprido as promessas que Deus havia feito a Israel para os últimos e definitivos tempos: a promessa de estabelecer um Reino que haveria de durar eternamente, do qual Ele, Jesus, era o Messias-Rei entronizado nos céus. Jesus não podia ser apenas um homem, por mais santo que quisessem imaginá-lo.

Essa convicção confrontava-se, no entanto, com uma questão fundamental: qual era a relação entre Jesus e Deus? Esta pergunta não era simples de responder para os primeiros cristãos. Eles confessavam que havia um só Deus, mas também percebiam que Jesus tinha agido e falado como se fosse o próprio Deus. O problema então era muito claro: pode-se dizer que Jesus é Deus? Mas em que sentido? Isso não significa confessar dois deuses? Isso seria um absurdo, pois eles, como todos os judeus, também estavam convencidos de que não há – de que não pode haver – mais de um Deus. Então, qual é o relacionamento de Jesus com o Deus de Israel?

Essa reflexão levará gradualmente a soluções satisfatórias. Já nas cartas de São Paulo vemos que o apóstolo usa várias formas para expressar a divindade de Jesus, sem confundi-lo com Deus Pai e sem afirmar a

existência de dois deuses. Por exemplo, na primeira carta aos Coríntios escreve: “Para nós, há um só *Deus*, o Pai, do qual procedem todas as coisas e para o qual existimos, e um só *Senhor*, Jesus Cristo, por quem todas as coisas existem e nós também” (*1 Cor 8,6*). Ele usa essa expressão: “um só Deus e um só Senhor”, que coloca Deus Pai e Cristo no mesmo nível, na prática, já que no Antigo Testamento “Senhor” era “o nome mais habitual para designar a própria divindade do Deus de Israel” (*Catecismo*, n. 446). “Ao atribuir a Jesus o título divino de Senhor, as primeiras confissões de fé da Igreja afirmam, desde o princípio, que o poder, a honra e a glória, devidos a Deus Pai, também são devidos a Jesus, porque Ele é ‘de condição divina’” (*Catecismo*, n. 449).

Tudo isto fica ainda mais claro no Evangelho de São João, que desde o início distingue claramente Deus Pai

do Verbo de Deus, que estava em Deus desde o princípio e que era o próprio Deus (cf. Jo 1,1). Jesus, diz São João, é o Verbo encarnado, que se fez homem e veio ao mundo para a nossa salvação. Essa Palavra existia antes do tempo e da criação e, portanto, não é criada. Sempre foi a Palavra do Pai, e por isso se distingue do Pai ainda que se refira a Ele. É um texto importante, no qual São João responde ao problema de como dizer que Jesus é Deus sem que isso implique que existam dois deuses. Essa Palavra, pensa São João, é divina como o próprio Pai, mas não pode ser considerada um segundo Deus porque é completamente relativa ao Pai. Aqui abre-se o caminho para uma consideração do único Deus como Trindade de pessoas: Pai, Filho e Espírito. Assim, no Novo Testamento, o Deus de Israel abre sua intimidade e se revela como Amor, Amor que realiza a perfeita unidade das três Pessoas divinas.

A identidade de Jesus à luz dos concílios cristológicos

Nos séculos que se seguiram à época apostólica, a Igreja definiu e aprofundou ainda mais sua compreensão sobre Jesus com base no que o Novo Testamento havia afirmado. A difusão da evangelização levou o Evangelho a entrar em contato com o mundo não-judaico e, em particular, com o pensamento grego, que admitia uma pluralidade de deuses em graus variados.

Nesse contexto, pode-se pensar que Jesus era como um segundo Deus, menos que o Pai e capaz de mudar e encarnar-se (diferentemente do Pai que seria imutável). Esta foi a proposta de Ário contra a qual o Concílio de Nicéia reagiu no ano 325 (cf. *Catecismo*, 465). Neste concílio surgiu a fórmula que recitamos todos os domingos no Credo, ou seja, que Jesus é “Deus de Deus, Luz da Luz,

Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado e não criado, consubstancial ao Pai". Com isso ficou claro que o Pai e o Filho compartilham a mesma divindade única e têm a mesma dignidade.

Um século depois, outro problema importante surgiu: se Jesus é Deus, como ele pode ser homem ao mesmo tempo? A experiência nos diz que um homem é um indivíduo e Deus também é um ser distinto e individual. Como podem ser uma só realidade? Quando pensamos em Cristo, não se trataria antes de dois seres diferentes, embora profundamente unidos de alguma forma? Nesse sentido foi a proposta do patriarca de Constantinopla, Nestório. Para ele, Deus e o homem Jesus formam uma unidade porque sempre agem em perfeita conjunção. Da mesma forma que um cavalo galopando e o cavaleiro que o conduz agem em conjunto, eles se

moldam, embora na realidade sejam dois seres diferentes que compõem uma única figura. A partir dessa abordagem, Nestório concluiu que Jesus nasceu, viveu na Palestina, morreu na cruz etc., mas não se poderia dizer o mesmo de Deus. O Verbo eterno é imutável e não pode nascer como um ser humano. Por esta mesma razão, não se pode dizer que Maria seja a mãe de Deus, mas somente a mãe do homem Jesus.

O problema com essa solução é que ela realmente não garantia que Cristo fosse um único ser, uma única realidade viva, como vemos nos evangelhos. Foi contestada pelo Concílio de Éfeso no ano de 431. Este Concílio sustentou que a segunda pessoa da Trindade, a Palavra de Deus, se fez carne, isto é, havia feito sua uma natureza humana, como se a integrasse em si mesma (cf. *Catecismo*, n. 446). Por isso era um único ser e não duas realidades

diferentes, mais ou menos unidas, como sustentava Nestório. Com o nome de “Jesus” nos referimos ao Verbo, uma vez que Ele assumiu a natureza humana como sua, que se fez homem. Esta doutrina é conhecida pelo nome de “união hipostática” (porque o humano está integrado na pessoa pré-existente do Verbo = na *hipóstase* do Verbo). Foi formulada no Concílio de Éfeso.

Houve, no entanto, pessoas que entenderam mal esta doutrina, e pensaram que, então, o elemento humano em Cristo, absorvido como estava na pessoa divina, se dissolvia nela. Assim, o aspecto humano de Jesus perdia toda a sua consistência. Para superar esse erro, vinte anos depois, outro Concílio Ecumênico, realizado na cidade de Calcedônia, reformulou a ideia de Éfeso de uma forma um pouco diferente: Jesus é uma única pessoa, disse o Concílio, mas existe de modo duplo: como

Deus eternamente e como homem no tempo. Ele é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, perfeito Deus e homem completo e íntegro. A partir daí, os concílios subsequentes especificaram a doutrina de Calcedônia e tiraram algumas consequências, como, por exemplo, que Jesus tem uma verdadeira vontade humana, pois é verdadeiramente homem. E como homem Ele realizou a obra de nossa salvação.

A encarnação

Além dos problemas históricos, o que é fundamental na doutrina da encarnação consiste na presença pessoal do Filho de Deus na história. Através das suas palavras e dos seus gestos humanos conhecemos o Filho de Deus e de alguma forma compreendemos como é o próprio Deus. E o que vemos, sobretudo, é

que Deus é Amor, um amor forte capaz de dar a vida por nós.

A Encarnação é obra do Deus Trino. O Pai envia o seu Filho ao mundo, isto é, o Filho entra no tempo e assume a substância humana, a humanidade que o Espírito Santo suscita no seio virginal de Maria, com a sua cooperação e consentimento. Deste modo, o Verbo de Deus, que existiu eternamente, passa a existir também como homem na história.

A presença na história do Filho de Deus é também proximidade com o Pai e com o Espírito Santo, porque em Jesus, e por meio d'Ele, também as outras pessoas divinas se dão a conhecer aos homens. Sobretudo São João insistiu nestes aspectos: a vinda de Jesus revela os traços íntimos e inacessíveis do Ser divino, de modo que Aquele que “ninguém jamais viu” (Jo 1,18) se torna evidente na

vida de Cristo, o unigênito encarnado. Cristo mostra em seus gestos, em seus afetos e palavras, sua relação com o Pai e com os homens, a benevolência de Deus com as criaturas e o valor e significado da realidade terrena.

Jesus é, portanto, o Filho Único de Deus que se fez homem para nossa salvação. Ele é também o Portador do Espírito Santo, seu templo e morada na história, e por isso também é chamado de Cristo, o Ungido. Certamente, outras figuras do antigo Israel foram ungidas com óleo por ocasião da sua vocação ou missão particular e para significar a presença do Espírito divino nelas, mas a unção de Jesus é muito mais radical, pois deriva da sua própria constituição como homem, do mistério da encarnação. Jesus vem ao mundo totalmente ungido pelo Espírito e, portanto, tudo nele evoca a presença divina e reflete a pureza e

a espiritualidade da realidade do céu.

E esta presença radical do Espírito o enche também de graça e dons sobrenaturais, que Ele manifesta em suas ações, cheias de justiça e bondade, e que inspiram suas palavras, imperiosas ou doces, mas sempre cheias de sabedoria e vida. Tudo em Jesus revela aos homens o amor de Deus e este amor, que enche o seu coração humano, é derramado sobre a realidade que Ele encontra, principalmente aquilo que o pecado danificou, para restaurá-lo e reconduzi-lo ao Pai.

O conhecimento e a vontade humana de Jesus

Já dissemos que Jesus é perfeito Deus e perfeito homem. Naturalmente, por ser Deus, Ele tem conhecimento eterno e atemporal de todas as coisas, mas, uma vez que se torna homem, seu conhecimento da

realidade segue os modos de conhecer do homem, ou seja, Jesus, como nós, também conhece a realidade exterior por meio de experiências, imagens, conceitos etc., que se formam em sua mente humana. Ao se encarnar, Cristo não quis transgredir as leis da natureza e por isso também teve que aprender muitas coisas como cada homem: aprendeu a falar, a ler, a trabalhar, a conhecer pouco a pouco os elementos necessários para a vida prática, e deve também ter aprendido muitas coisas da religiosidade de Israel que principalmente Maria e José lhe ensinaram.

A mente humana de Cristo, como qualquer inteligência humana, era limitada. No entanto, isso não significa que o Senhor não tivesse conhecimentos que iam além do que é possível para a experiência ou ciência humana comum:

conhecimentos sobrenaturais. Os Evangelhos mostram, por exemplo, que Jesus previu a traição de São Pedro e a de Judas. Nesses e em outros casos semelhantes tratava-se de intuições que se apresentavam à mente humana de Cristo como fruto da inspiração divina.

No entanto, o conhecimento mais importante e profundo que Jesus teve em sua vida na terra foi o de seu Pai Deus. Este conhecimento também foi profundamente sobrenatural e constituiu uma dimensão permanente da sua vida e da sua intimidade, pelo fato de a sua Pessoa estar eternamente unida ao Pai —Ele é o Unigênito do Pai— e a sua humanidade ter sido assumida (integrada) em sua pessoa. Assim, Jesus experimentava em sua consciência humana a sua perfeita unidade com o Pai. Ele tinha plena consciência de ser o Filho de Deus,

enviado ao mundo para salvar os homens.

O *Compêndio do Catecismo da Igreja Católica* resumiu assim o conhecimento humano de Cristo: “O Filho de Deus assumiu um corpo animado por uma alma racional humana. Com a sua inteligência humana, Jesus aprendeu muitas coisas através da experiência. Mas também, como homem, o Filho de Deus tinha um conhecimento íntimo e imediato de Deus seu Pai. Penetrava igualmente os pensamentos secretos dos homens e conhecia plenamente os desígnios eternos que Ele viera revelar” (n. 90).

Jesus também tinha uma vontade verdadeiramente humana e era um homem totalmente livre. Ele era livre em primeiro lugar porque não estava subordinado a essa desordem interior que procede em nós do pecado original, e que nos leva a

ceder facilmente às três concupiscências: a do mundo, a dos olhos e a da carne – e ficar escravizados por elas. O Espírito Santo modelou a sua humanidade desde o seu início no ventre de Maria e depois esteve sempre plenamente presente em sua vida. Mas num sentido mais profundo, Jesus foi livre porque suas ações estiveram sempre motivadas pelo amor a seu Pai e à missão que Ele lhe havia confiado. Ele desejou em todos os momentos realizar a vontade do Pai, e o amor do Espírito Santo em seu coração encheu seus atos de justiça e de caridade. Por isso, como disse o Concílio Vaticano II, Jesus seja sempre para nós o modelo do que é o homem (cf. *Gaudium et Spes*, 22).

Essa grande liberdade de Cristo se manifestou de muitas maneiras: Ele não se deixou condicionar pelas pessoas, pelas circunstâncias ou por qualquer forma de medo, nem se

curvou às barreiras culturais da sociedade do seu tempo, em que os justos desprezavam os pecadores e procuravam não se misturar com eles. Jesus, ao contrário, comia com pecadores e até escolheu alguns discípulos, como Mateus, em ambientes que não eram socialmente bem-vistos. Não teve problemas em romper com legalismos inúteis, ainda que muito difundidos em seu tempo, nem em se enfurecer e derrubar as mesas dos mercadores que violavam a dignidade sagrada do Templo. Não se deixou condicionar pela sua família, nem por estruturas de poder, não teve escrúpulos em confrontar os fariseus e denunciar o que eles faziam de errado. E, acima de tudo, não teve nenhum problema em dar a sua vida voluntariamente por nós.

Vemos então que Jesus teve uma grande liberdade, que lhe permitia escolher sempre o que era bom para as pessoas, o que agradava ao Pai.

Em tudo isso Jesus realizava com sua vontade humana o que havia decidido eternamente junto com o Pai e o Espírito Santo. As ações de Cristo trouxeram o amor e a misericórdia de Deus pelos homens para o terreno da história.

O valor do mistério da Encarnação

Quando recitamos no Credo “foi concebido pelo poder do Espírito Santo; nasceu na Virgem Maria”, afirmamos que a humanidade assumida pelo Verbo é verdadeira e real, fruto da carne de uma mulher, pelo que Ele é um de nós e pertence à nossa raça. Se não fosse assim, não teria coração ou alma humana, não seria capaz de sofrer ou morrer, e não haveria ressurreição. É por isso que o mistério da encarnação é a base e o pressuposto de todos os outros mistérios da vida de Jesus.

O Verbo assumiu a nossa condição material e corpórea, subordinada a

muitas necessidades, para nos salvar dos nossos pecados e nos devolver à casa de nosso Pai Deus, pois Deus nos criou para sermos seus filhos adotivos. Esta obra de salvação é realizada pelo Senhor com todos os seus atos, também naqueles anos de juventude (a chamada “vida oculta” de Cristo) que não tiveram uma particular relevância pública.

Todos os atos de Jesus originam nossa redenção porque, ao vive-los de uma maneira justa e reta, agradável ao Pai, também nos capacita a vivê-los dessa maneira e, assim, abre o caminho para nós. Os Padres da Igreja gostavam de dizer que Jesus, fazendo sua a nossa natureza, a curou e purificou. Podemos continuar esta ideia dizendo que o Senhor purificou a vida cotidiana tornando-a sua. Ele a transformou em algo agradável a Deus. Como afirmou São Josemaria: “Jesus, crescendo e vivendo como um

de nós, revela-nos que a existência humana, a vida comum e de cada dia, tem um sentido divino” (*É Cristo que passa*, n. 14). Do seu lugar no céu, Jesus ressuscitado dá-nos a sua graça para que possamos descobrir nas nossas tarefas cotidianas o amor que Deus tem por nós, e que assim são para nós um caminho de santificação. Assim Jesus, com a sua própria vida, é o nosso caminho, que nos conduz ao Pai.

Além do seu valor *redentor*, todas as obras de Jesus têm também um valor *revelador*, porque nos mostram o amor de Deus por nós, e um valor *recapitulativo*, pois realizam o projeto de Deus na humanidade e estabelecem a soberania de Deus, o seu reino, no mundo.

Maria, mãe de Deus e da Igreja

A Virgem Maria foi predestinada para ser a Mãe de Deus desde a eternidade junto com a Encarnação

do Verbo. “Para vir a ser Mãe do Salvador, Maria ‘foi adornada por Deus com dons dignos de uma tão grande missão’ (LG 56) O anjo Gabriel, no momento da Anunciação, saúda-a como ‘cheia de graça’ (Lc 1, 28)” (*Catecismo*, 490). Antes que o Verbo se encarnasse, Maria já era, por sua correspondência aos dons divinos, cheia de graça. O Senhor lhe deu esses dons especiais de graça porque a estava preparando para ser sua Mãe. Guiada por eles, soube dar o seu livre consentimento ao anúncio da sua vocação (cf. *Catecismo*, 490), manter-se pura de todo o pecado pessoal (cf. *Catecismo*, 493) e entregar-se plenamente ao serviço da obra redentora do Filho. Ela mesma foi redimida desde a sua concepção: É o que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo Papa Pio IX:

“Por uma graça e favor singular de Deus omnipotente e em previsão dos

méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, a bem-aventurada Virgem Maria foi preservada intacta de toda a mancha do pecado original no primeiro instante da sua conceição (DS 2803)” (*Catecismo*, 491).

Santa Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus porque “aquele que Ela concebeu como homem por obra do Espírito Santo, [...] não é outro senão o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Santíssima Trindade” (*Catecismo*, 495).

Maria sempre foi virgem. Desde os tempos antigos, a Igreja confessa no Credo e celebra Maria na sua liturgia “como a [...] ‘sempre virgem’ (cf. LG 52)” (*Catecismo*, 499; cf. *Catecismo*, 496-507). Esta fé da Igreja se reflete na antiga fórmula: “Virgem antes do parto, no parto e depois do parto”. Desde o início, “a Igreja confessou que Jesus foi concebido unicamente

pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, sem sêmen [de homem]” (*Catecismo*, 496). Maria também foi virgem ao dar à luz, porque Jesus, ao nascer, consagrou a sua virgindade (cf. *Catecismo*, 499). E, ela também permaneceu virgem após o nascimento de Jesus.

Maria foi assunta ao céu. “A Virgem Imaculada, preservada imune de toda a mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrena, foi elevada ao céu em corpo e alma e exaltada pelo Senhor como rainha, para assim se conformar mais plenamente com o seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte. A Assunção da santíssima Virgem é uma singular participação na ressurreição do seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos” (*Catecismo*, 966).

Maria é a Mãe do Redentor. Por isso a sua maternidade divina implica

também a sua colaboração na salvação dos homens: “Maria, [...] abraçou de todo o coração o desígnio salvador de Deus, consagrou-se totalmente, como escrava do Senhor, à pessoa e à obra de seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus omnipotente o mistério da Redenção” (*Lumen Gentium*, n. 56). Essa cooperação se manifesta principalmente em sua maternidade espiritual. Ela é verdadeiramente nossa mãe na ordem da graça e coopera no nascimento para a vida de graça e no desenvolvimento espiritual dos fiéis. Além disso, do céu vela por nós como mãe, procurando com a sua intercessão múltipla as graças de Deus de que necessitamos para a nossa vocação cristã e para a nossa salvação (cf. *Catecismo*, 969).

Maria é o tipo e o modelo da Igreja: A Virgem Maria é “saudada como

membro eminentemente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade (LG 53), inclusive constitui “a figura da Igreja” (LG 63) (*Catecismo*, 967). Paulo VI, em 21 de novembro de 1964, solenemente nomeou Maria Mãe da Igreja, para sublinhar explicitamente o papel materno que Nossa Senhora exerce sobre o povo cristão.

Compreende-se, pelo exposto, que a piedade da Igreja para com a Santíssima Virgem seja um elemento intrínseco do culto cristão. A Santíssima Virgem “é com razão venerada pela Igreja com um culto especial” (*Catecismo*, 971), que se manifesta nas numerosas festas, memórias litúrgicas e práticas de piedade que nós católicos lhe dedicamos.

Antonio Ducay

Bibliografia básica

- Catecismo da Igreja Católica*, 430-534, 720-726 e 963-975.
- João Paulo II, *Creio em Jesus Cristo. Catequese sobre o Credo (II)*, Paulus, São Paulo.

Bibliografia recomendada

- Antonio Ducay, *Jesús, el Hijo Salvador*, Rialp, Madrid 2015, (principalmente os capítulos II-IV).
- Vicente Ferrer Barrientos, *Jesucristo nuestro Salvador*, Rialp, Madri 2015.